

A DIMENSÃO DO “EXTRAORDINÁRIO”: NARRATIVA E TEMPORALIDADE NA REVOLUÇÃO CUBANA

La dimensión de lo “extraordinario”: narrativa y temporalidad en la Revolución Cubana
The dimension of the “extraordinary”: narrative and temporality in the Cuban Revolution

_MARCO A. ROXO DA SILVA
_ROSANA BERJAGA MÉNDEZ

Foto: iStock

SOBRE OS AUTORES >

MARCO A. ROXO DA SILVA >

Doutor pela Universidade Federal Fluminense, Brasil

Professor do PPGCOM/UFF

Email: marcos-roxo@uol.com.br

ROSANA BERJAGA MÉNDEZ >

Doutoranda no PPGCOM/UFF, Brasil.

Mestre pela Universidade Federal Fluminense

Email: rosynobrasil@gmail.com

RESUMO > RESUMEN > ABSTRACT >

Uma relação particular entre o discurso oficial cubano e a história do país, parece ter ajudado na legitimação dos líderes históricos da Revolução e na delimitação de eventos e figuras que articulariam a narrativa de continuidade histórica revolucionária através dos séculos. Neste artigo, discutimos como a conjunção dessas linhas discursivas impactou não apenas nos elementos simbólicos da apreensão do sentimento nacional, mas na criação de uma temporalidade particular da Revolução. A nossa análise se debruça no entendimento de um aparente “tempo extraordinário” da Revolução Cubana (MARTÍNEZ HEREDIA, 2009), e seus desdobramentos entre as mudanças radicais do “tempo em Revolução”, da década de 1960, e o “tempo da Revolução”, enquanto construção coletiva do presente.

Palavras-chave: Temporalidade; narrativa histórica; Revolução Cubana.

Resumen: Una relación particular entre el discurso oficial cubano y la historia de la nación parecen haber ayudado tanto en la legitimación de los líderes históricos de la Revolución como en la definición de los eventos y figuras que articularían la narrativa de continuidad histórica revolucionaria a través de los siglos. En este artículo discutimos como la conjunción de estas líneas discursivas impactó no solo los elementos simbólicos en la manera de aprehender el sentimiento nacional, sino también la creación de una temporalidad particular de la Revolución. Nuestra discusión se adentra en el entendimiento de un aparente “tiempo extraordinario” de la Revolución Cubana (MARTÍNEZ HEREDIA, 2009) y sus posibilidades entre los cambios radicales del “tiempo en Revolución” de los años ‘60, y el “tiempo de la Revolución” como una construcción colectiva del presente.

Palabras clave: Temporalidad; narrativa histórica; Revolución Cubana.

Abstract: A particular relationship between the official Cuban discourse and the history of the country seems to have helped to legitimize the historical leaders of the Revolution and to delineate events and figures that would articulate the narrative of revolutionary historical continuity through the centuries. In this article, we argue how the conjunction of these discursive lines impacted not only on the symbolic elements of the apprehension of the national sentiment, but on the creation of a particular temporality of the Revolution. Our discussion is based on the understanding of an apparent “extraordinary time” of the Cuban Revolution (MARTÍNEZ HEREDIA, 2009) and its outspreads between the radical changes of the “time in Revolution” of the 1960s, and the “time of the Revolution”, as a collective construction of the present.

Keywords: Temporality; historical narrative; Cuban Revolution.

INTRODUÇÃO

Apontava Halbwachs, em Paris de 1968, que a relação do homem com o tempo sempre anda acompanhada de um certo constrangimento. Sentimento ao qual, no entanto, o homem se resigna mediante o entendimento de que o tempo é “uma ordem necessária”, mas principalmente, porque suas divisões e duração, “resultam de convenções e costumes” e porque é mediante essa ordem que são organizadas e negociadas as diversas etapas da vida social (1990, p. 90). A perspectiva halbwachsiana acompanha a noção de que o tempo experimentado socialmente resulta de uma convenção, entendida também por Hartog (2013) como *regime de historicidade*, que é susceptível às tradições, fabulações e, inclusive, à divisão social do trabalho assumida e compartilhada por grupos específicos. Halbwachs (1990) identifica esse processo como “representação coletiva do tempo”.

Quando em primeiro de janeiro de 1959, Fidel Castro e suas tropas se declararam vencedores da guerra contra Batista, uma particular relação com a história do país marcaria o desenvolvimento do regime político e de sua relação com a vida social com a sensibilidade temporal. A recuperação, pelo novo poder, do pensamento sócio-político e das guerras independentistas do século XIX cubano, passaram a ser um elemento de destaque no desenvolvimento da política interna, e pode ter constituído uma das linhas discursivas mais sólidas no imaginário de transformação social trazido à tona pela Revolução Cubana, a partir de 1959. A articulação de um discurso político que ressemantizou o conceito de “povo” (GARCIA SANTAMARIA, 2019) e reivindicou as raízes negras e

populares da nação, enquanto fatores vivos da cultura, se juntou à narrativa de continuidade histórica que afirmava a existência de laços entre o passado insurrecional do país, representado pelos *mambises*¹, e o triunfo dos guerrilheiros no fim da década de 1950.

Defender esse vínculo implicava em renunciar a uma certa originalidade da insurgência liderada por Fidel Castro e assumir que esta constituiria a consumação de um processo de libertação nacional começado em 1868. A revisitação dos ideais e das inquietações de justiça social do passado, satisfeitos no triunfo de um projeto político que propunha a visibilização dos esquecidos e a recuperação dos valores constitutivos da nação, serviram como fundação para o desenvolvimento de um imaginário de coesão e identidade nacionais inexistentes até esse momento.

Esse vínculo da Revolução com a história apareceu de forma mais marcada no discurso político oficial, durante momentos extraordinários para o país. Podem ser citados como exemplos, a declaração do caráter socialista da Revolução, a nacionalização das empresas e indústrias estrangeiras, o decolar das reformas agrícola, cultural e educacional, e o enfrentamento às agressões externas, na década de 1960. O reforço do paralelismo e espelhamento com o passado parece ter ajudado na legitimação dos líderes históricos do processo revolucionário, bem como na delimitação dos eventos e figuras que articulariam a narrativa de continuidade histórica a ser acionada nos momentos de crise por vir.

Neste artigo, discutimos como a conjunção dessas linhas discursivas oficiais, que encontraram vazão na propaganda política, na cultura e na mídia, impactou não apenas nos elementos simbólicos da representação e da apreensão do sentimento nacional, mas na criação de uma temporalidade particular da Revolução, expressada na relação da vida social com o passado, o presente e o futuro da nação. A nossa discussão se debruça na análise de um aparente “tempo extraordinário” (MARTÍNEZ HEREDIA, 2009) da Revolução Cubana, abordado no nosso texto a partir de uma perspectiva de análise que entende a história como uma construção narrativa e o tempo enquanto convenção social determinada (RICOEUR, 1994; HALBWACHS, 1990; HARTOG, 2013; KOSELLECK, 2014; MIHELJ, HUXTABLE, 2015; idem, 2018).

TEMPO, REVOLUÇÃO E IMAGINÁRIO SOCIAL

Koselleck (2014) em seu clássico estudo sobre os extratos do tempo discute a exemplaridade do conceito de revolução do ponto de vista de uma teoria da História. Esta exemplaridade combina sincronia e diacronia, portanto, algo singular e ao mesmo tempo analogicamente recorrente no tempo histórico. De uma perspectiva diacrônica o discurso de um “novo tempo” combina formas de violências políticas com tentativas de mudanças de regimes constitucionais e substituições parciais de elites políticas. Estes processos podem envolver também levantes, desapropriações, redistribuições de renda e propriedade, que dependem do grau de êxito e radicalidade dos mesmos.

Mas esses movimentos possuem certa expressividade nos modos de conduta dos seus agentes que podem ser traduzidos através da coragem, do temor, da esperança, das rivalidades, das formas como os grupos

¹ Sing. Mambí (masc.), mambisa (fem.): denominação dada às pessoas que participaram das lutas armadas contra a Espanha no século XIX cubano.

populares protagonizam os mesmos. Portanto, possuem fatores sincrônicos que se repetem analogicamente, como têm sequência de efeitos diacrônicos relativamente singulares no caso individual, trata-se da Revolução Cubana, mas cuja estrutura formal (morfológica) apresenta recorrência do “analogicamente idêntico, do semelhante ou do pelo menos comparável. Isso é que irá permitir a construção de elos narrativos entre movimentos políticos ocorridos em temporalidades distintas reforçando o paralelismo entre os mesmos” (GINZBURG, 1989).

Daí, podemos trabalhar com o pressuposto de que processos revolucionários são dotados de uma ampla cadeia narrativa na qual a ideia de singularidade contida nos mesmos pode ser conjugada com eventos passados na construção e sustentação de um “novo” imaginário social, no caso, de uma nova Cuba. Como estas narrativas traduzem feitos e heróis em História, tomamos aqui a noção de imaginário como configurações narrativas que se materializam através das ideologias, símbolos, alegorias, rituais, mitos e outros. Juntos compõem as vastas famílias dos sistemas simbólicos produzidos coletivamente (BACZKO, 1984, SILVA, 2003).

É através da criação, formação e utilização destes sistemas que indivíduos e grupos sociais forjam suas identidades coletivas, distribuem papéis, hierarquias, poderes em torno das quais elaboram as fronteiras (nacionais, partidárias, religiosas, corporativas, étnicas, etc.) das suas comunidades. Os imaginários sociais são fundamentais para a vida cotidiana ser dotada de sentido e funcionalidade. Seus processos de formação se desenvolvem de forma não linear, pois são tomados por uma série de tensões, fazendo com que eles se estruturam como verdadeiros campos de disputas. Estes são marcadas pelo caráter criativo das ações coletivas, fruto da imaginação dos agentes nelas engajados (Idem).

Em outros termos, isso diz respeito a entender o protagonismo de diversos produtores culturais e dos próprios meios de comunicação na formação de valores compartilhados, laços e coesão social, na “cimentação” da vida em sociedade, nas relações paradoxais que envolvem práticas cotidianas como as relações entre torcedores e seus times. Nestas relações convivem “o sim e o não, o bem e o mal, a verdade e a ilusão, o afeto e a desrazão” (SILVA, 2003, p. 21). Isto diz respeito a consolidação dos agentes concretos como entes simbólicos através de práticas como a superstição e que serve de rastro para a compreensão das necessidades simbólicas do ser humano diante de algo aparentemente improvável como uma luta de inicialmente poucos guerrilheiros se transformar numa revolução.

O que nos interessa é discutir as recorrentes analogias destes tipos de visões do processo político de 1959 com outros ocorridos no passado político de Cuba visando legitimar e alinhar dentro de uma cadeia comunicativa (BURROUGHS & BURROUGHS, 2011). Esta cadeia envolve tanto as narrativas compostas pelos livros históricos como também pelas mídias, ambos funcionando como tecnologias do imaginário, ou seja, uma rede de dispositivos capazes de interferir nas consciências individuais e coletivas, bem como nos territórios afetivos aquém e além delas.

Nisto reside a capacidade destas tecnologias de produzir narrativas eloquentes na sustentação de mitos, visões de mundo e estilos de vida (SILVA, 2003) capazes de dar um sentido distinto historicamente ao

termo *cubanidade*. Neste sentido, trabalhamos com a hipótese do que historiadores e produtores culturais diversos atuam muito além de uma dimensão informativa. Cabe investigar os vestígios e marcas desse imaginário e entender como as narrativas históricas e dos meios trabalham, em alinhamento ou de forma concorrencial umas com outras, na formação de um universo mental capaz de cimentar e dar sentidos afetivos aos elos e as mitologias que tentaram vincular processo político ao passado e a um tempo futuro sempre em construção.

NARRATIVA HISTÓRICA E REVOLUÇÃO CUBANA

O século XIX cubano foi marcado por um movimento libertário, gestado inicialmente entre as classes intelectuais do país e que foi, paulatinamente, radicalizando sua posição perante o poder colonial. Assim, o 10 de outubro de 1868 é marcado na história cubana como o início das lutas pela independência: o nascimento de um processo de libertação, cuja consumação se daria quase um século depois, com a chegada de Fidel Castro e os revolucionários no poder. À insurreição de outubro de 1868, época na qual Cuba era ainda colônia espanhola, sucederia uma série de tentativas reformistas, que fracassaram na negociação com a metrópole por melhorias econômicas e políticas, mas nutririam as motivações dos levantamentos posteriores.

Os ideais dos atores envolvidos neste processo se inscreveriam nos documentos históricos do país como as bases do pensamento social cubano (MARTÍNEZ HEREDIA, 2007). Isto ajudou a delinear que a intelectualidade “comprometida com o destino do país” assumiria a responsabilidade histórica de ser estrategista política e narradora do sentimento nacional, enquanto as classes intermediárias, os camponeses e os antigos escravos constituiriam a “base social da revolução” (LOYOLA VEGA, 2001, p. 233). Essa relação de papéis se sustentaria durante os mais de 90 anos de enfrentamento anticolonial².

A “revolução de 1868”³ (Ibidem) começou com a libertação de um grupo de escravos e a proclamação do Manifesto do Dez de Outubro, documento que continha os motivos da guerra e declarava o caráter anticolonial dela. O evento não só transformou sua principal figura, o advogado e latifundiário Carlos M. de Céspedes, no Pai da Pátria, também sustentaria a criação do mito do nascimento da nação, do inimigo comum histórico (HOBBSAWM, 1990) e dos valores morais inerentes à *cubanidade*, “uma cubanidade já amputada de toda submissão e docilidade para o poder colonial” (GARCÍA SANTAMARIA, 2019, p. 119). Nesse período histórico (1868-1878) se enquadrariam também o nascimento do hino e a eleição da bandeira, bem como os elementos característicos da natureza da guerra e de uma identidade regional da luta⁴.

Ao fim da Guerra dos Dez Anos chegou a proposta da Espanha de um tratado de paz, que aproveitava a exaustão e a falta de recursos do exército mambí para forçar um armistício definitivo e a rendição dos

² Isto não nega o fato de que muitos descendentes de escravos, operários e camponeses alcançassem altas patentes dentro do Exército Libertador.

³ Também conhecida como Guerra dos Dez Anos ou Guerra Grande (1868-1878).

⁴ De acordo com Loyola Vega (2001), as estruturas assumidas pelo “poder em armas” dos diferentes territórios se estruturaram de formas também diferenciadas, concordando com as condições e interesses econômicos predominantes em cada região.

seus principais líderes militares. O pacto foi aceito pela maior parte das forças libertadoras, no entanto, um acontecimento conhecido como Protesto de Baraguá (1878) conferiu ao processo um giro dramático, traduzido *a posteriori* como resistência e continuidade. Criava-se aqui também um dos líderes negros, de descendência pobre, mais importantes da narrativa revolucionária cubana, o General Antonio Maceo.

A este confronto lhe sucederiam outras duas guerras *mambisas*. A Guerra Chiquita (1879-1880), incluída dentro de um período histórico maior, nomeado de Trégua Fecunda (1878-1895), que deu passo ao estreitamento dos laços com a emigração cubana e parece ter potencializado o caráter associacionista da revolução, ao sustentar a maior parte do planejamento dessa etapa em associações civis. A Guerra Necessária (1895-1898), por sua parte, consolidou a radicalização da luta, favoreceu a ascensão política do intelectual José Martí – posteriormente Apóstolo da Revolução – e propiciou a saída da Espanha da ilha antilhana.

Assim como o espírito insurgente do período colonial espanhol serviu de inspiração para a fundação moral e simbólica da nação revolucionária, o período republicano (1902-1959) ganharia como protagonista de sua narrativa histórica, o papel dos jovens na continuidade da libertação pátria. A luta clandestina, o sacrifício das ambições individuais e o pleno conhecimento do passado, foram as principais características embutidas nos líderes do novo estágio das guerras de independência que, dessa vez, culminaria com a vitória de Fidel e os guerrilheiros.

Na primeira década de Revolução (1959-1969) esses valores, ainda reverberantes, foram refletidos na quase totalidade da produção comunicativa e intelectual da época, mostrando que aqueles jovens históricos continuavam presentes em cada esfera da construção social. Isso fica explícito na produção cinematográfica dessa década⁵, na qual predominam a produção documental, protagonistas jovens e a visibilização do alcance transformador da Revolução.

Também pode ser encontrado no discurso memorialístico revolucionário cubano um constante paralelismo entre os *mambises* e os guerrilheiros e, posterior ao triunfo revolucionário, entre os guerrilheiros e as novas gerações. A interposição e espelhamento de valores, motivações e utopias perseguidas demonstraria – em tese – a existência de elos entre cada um dos estágios da luta armada, fazendo com que o intuito libertário pudesse ser apreendido como um só processo que atravessou os séculos. Isso nos faz inferir que o conceito de história manejado pelo poder revolucionário responde a uma noção de processo, assumindo que “os acontecimentos não se produzem mais somente *no tempo*, mais *através dele*” (HARTOG, 2013, p. 137).

Diferente da análise do Hartog, no entanto, na relação estabelecida entre a narrativa revolucionária e a dimensão temporal, mesmo que o passado não conseguisse explicar o futuro, pelo menos teria um valor determinante na sua construção. De acordo com o autor francês, esta ligação entre os tempos pertence a uma forma de historiografia que não existe mais no regime moderno da historicidade, onde o passado é, por princípio ultrapassado (HARTOG, 2013). Essa visão, que o Hartog chama de presentista pode ser uma das bases das representações sobre Cuba que mostram um país parado no tempo.

Defendemos o argumento de que a relação da ilha cubana com a temporalidade não implica necessariamente uma perda de interesse pelo presente ou pelo futuro, ou mesmo uma obsessão com

⁵ Considerada pelo crítico cubano de cinema, Joel del Río, como “a mais extraordinária, livre e sugestiva década do cinema cubano”. Consultar cinematografia em: <<http://cubacine.cult.cu>>.

o passado, como sugerem algumas visões recentes (GONÇALVES, 2017), mas uma forma particular de se relacionar com eles, influenciada pela relação do país com as noções de progresso e modernidade do mundo socialista.

Seguindo a visão de Halbwachs (1990), a partir da sua interpretação da historiografia, o ato de registrar o passado sustenta seu sentido e coerência através da sua capacidade para estabelecer conexões entre múltiplos acontecimentos que, fora da narração histórica, apareceriam como descontínuos ou mesmo pouco coesos. No caso cubano, este imperativo de continuidade da historiografia parece ter sido utilizado pelo governo revolucionário como uma “fonte de legitimidade e inspiração” (GARCÍA SANTAMARÍA, 2019, p. 120), que funcionou

graças a um trabalho anterior de articulação discursiva que constrói três lutas como equivalentes em seu significado histórico: a luta pela independência, pelo socialismo e pela revolução, todas elas o resultado de uma vontade popular unificada (Ibidem, tradução nossa).

O estudo de García Santamaría (2019) apresenta a noção de História fora da sua dimensão narrativa (RICOEUR, 1994), e parece dimensionar o projeto político-ideológico revolucionário como uma calculada estratégia política. No entanto, consideramos que se propõe nele uma interessante tese sobre a ressemantização simbólica do conceito de povo, no discurso oficial da Revolução, bem como sobre o papel da comunicação e da mídia como agentes veiculadoras das novas sensibilidades sociais, principalmente na relação da vida social com a dimensão temporal. Por esse motivo essa questão será retomada no desenvolvimento de nossa discussão sobre a percepção social do tempo na Revolução Cubana.

TEMPO EXTRAORDINÁRIO, TEMPO EM REVOLUÇÃO

Se assumirmos que a dimensão temporal é uma convenção, que responde não apenas a um pacto social, mas a uma capacidade sensorial, poderíamos compreender sem muita dificuldade o porquê da lacuna entre o “tempo em Revolução”, experimentado pelos cubanos na década de 1960 e derivado de um contexto de transformação endógena, e o “tempo da Revolução” da Cuba de hoje, exposto a uma mediação cada vez maior dos “tempos universais” cunhados pela cultura ocidental. No primeiro caso, estaríamos falando de um “tempo coletivo”, um enquadramento de referências temporais que fariam sentido para a construção da memória do povo (HALBWACHS, 1990) e que inicialmente estaria alinhado com as narrativas em torno dele. No segundo caso, esse tempo social teria se distanciado tanto da construção do “tempo histórico” (Ibidem) revolucionário, que seu simbolismo teria se esvaziado de sentido.

O termo “tempo universal” é definido originalmente por Halbwachs (1990) como aquilo que “se estende a todos os acontecimentos que se realizaram em todos os lugares do mundo” (p. 103). A perspectiva a partir

da qual este conceito é abordado no nosso artigo, está atravessada pela análise da pesquisadora iugoslava S. Mihelj (2014), que entende que, após a desapareção da alternativa socialista soviética, a narrativa histórica foi sequestrada pelos enquadramentos do mundo construídos pelo ocidentalismo.

No entanto, sobre essa quebra de sentidos na evolução narrativa da dimensão temporal, voltaremos brevemente nas conclusões do texto. Nos interessa agora discutir a significação do que denominaremos aqui como “tempo em Revolução”, referente ao período de euforia e de transformações radicais na estrutura dos aparatos político, econômico e culturais da sociedade cubana (década de 1960). De acordo com Martínez Heredia (2009), nesse “tempo extraordinário”⁶, “o povo organizado e o poder revolucionário se fundiram e forjaram uma unidade em inúmeros terrenos sociais, econômicos e políticos”.

Ao mesmo tempo aconteceram a mobilização e os sangrentos combates contra os inimigos internos e as agressões (...) dos Estados Unidos – focado até hoje em acabar com a Revolução – a necessidade de pensar sempre na defesa, e dedicar a ela enormes esforços, recursos e seres humanos. O conjunto gerou uma sólida união que identificou a sobrevivência, o ser nacional, o modo de viver e o futuro (MARTÍNEZ HEREDIA, 2009, tradução nossa).

Esta etapa foi definida pela radicalidade das mudanças – daí a natureza extraordinária – mas também pelo imperativo de redefinir e readequar os conceitos de defesa e de inimigo comum, em prol da consolidação da nação. Defendemos que tais condições determinaram a relação do poder e do povo com a história, e consequentemente com o tempo social vivenciado. É “neste primeiro estágio de defesa da soberania nacional e com o objetivo de alcançar o consenso em torno do projeto revolucionário”, que se define o vínculo com o tempo histórico da Revolução e se ativam as tecnologias do imaginário (SILVA, 2003), a partir das “celebrações festivas, a comemoração de datas relacionadas à morte de mártires, às homenagens de caráter solidário e as cerimônias de recepção” (AGUIRRE, 1984 *apud* GONZÁLEZ MARTÍN, GONZÁLEZ GARCÍA, 2019, p. 63).

Gonçalves (2017) interpreta esta revisitação histórica como uma “fixação do discurso oficial”, cujo “foco principal é o passado” (p. 5). Para argumentar seu ponto, o autor traz à tona alguns chamados da propaganda política cubana. Uma delas evidencia uma das principais linhas do discurso oficial nacional, aquela que narra as lutas independentistas (1868 a 1959) como uma única Revolução. Todavia, acreditamos que a interpretação *stricto sensu* feita por Gonçalves (2017) como a referência a uma “única revolução”, estaria expressando em realidade – e como temos exposto anteriormente – a existência de um único processo. Semelhante rigidez interpretativa é percebida em outros destaques feitos pelo acadêmico, como por exemplo, a releitura de José Martí como “autor intelectual do Moncada”⁷.

Uma interpretação mais ampla desta narrativa histórica poderia ajudar a perceber nos exemplos mencionados, uma certa circularidade temporal, onde o presente poderia estar refletindo os desafios do passado, e onde os homens de hoje seriam inspirados por aqueles homens de outrora. Isso não

⁶ A análise teórica desenvolvida a partir do “tempo extraordinário” de Martínez Heredia (2009), constitui uma perspectiva proposta pela autora, que não está presente originalmente no texto citado.

⁷ Referido ao Assalto ao Quartel Moncada, acontecido em 26 de julho de 1953. Esse dia é celebrado anualmente e conhecido como Dia da Rebelião Nacional.

necessariamente implica em um retrocesso ou numa repetição constante do tempo já vivido, mas no estabelecimento de um paralelismo entre duas etapas diferentes, narradas historicamente a partir de dimensões simbólicas similares, coordenadas geralmente por um evento ou uma figura. Tais afirmações, reiteramos, são coerentes com o tratamento da história enquanto processo e construção narrativa.

Uma outra dimensão da extraordinariedade do tempo na primeira década de Revolução, está relacionada à percepção do seu ritmo e velocidade no fluxo da vida social (MIHELJ, HUXTABLE, 2015), refletido também nas produções midiáticas. Prévio a 1959, a Havana já era considerada cidade cosmopolita⁸, e se identificava com o ritmo das grandes urbes. Na época eram poucas as cidades com uma vida cultural tão intensa e com uma infraestrutura arquitetônica similar à da capital cubana (TORRES-CUEVAS, 2016), que tinha experimentado um crescimento considerável na década de 1950, graças à economia especulativa da máfia americana.

Na Havana pré-revolucionária o ritmo do tempo era acelerado, com complexas relações sociais e “violentos contrastes” (Ibidem), alimentados pela obsessão do dreamworld do século XX (GUMBERT, 2014). No interior do país, por outro lado, existia uma temporalidade mais lenta, marcada pela inacessibilidade aos padrões de consumo da capital e pela precariedade da infraestrutura social e o isolamento.

Assim, o triunfo da Revolução, em 1959, se deparou com o desafio de coordenar os tempos de duas experiências de país opostas, e fazer elas convergirem em um único projeto e uma única temporalidade: o tempo em Revolução. Para isso a articulação histórica foi determinante e, junto dela, a necessidade de uma coerência na (re)construção social e cultural, que acompanhou o compasso acelerado da nova era. O imperativo de “contar a Revolução” foi assumido muito além da propaganda política oficial. Grande parte desta narrativa foi depositada na expressão intelectual – no seu sentido mais amplo –, filha de um pensamento revolucionário cubano construído “identitariamente a partir da resistência cultural, em contraponto com o modelo neocolonial” (PACHECO VARELA, 2018).

O novo *dreamworld* dos cubanos se ergueu sobre novas bases simbólicas, privilegiando a construção da identidade nacional a partir do pensamento intelectual pré-republicano. Um texto do historiador cubano Torres-Cuevas (2016) reflete a preocupação temporal ligada à construção do conceito de *cubanidade*, dilema que engrossou as heranças do pensamento social resgatado pelo governo revolucionário:

Como captar um conteúdo variável no tempo, resistente à linguagem e que faz estourar os sistemas teóricos impostos? Eis aqui o desafio que têm enfrentado, com pouca fortuna, gerações de cubanos. (...) de Varela a Martí, de Martí aos nossos dias, o essencial nunca foi o que é, mas o que se quer ser. Por isso, tenho definido a *cubanidade* como a paixão do possível; como a inconformidade permanente com a sociedade presente, como a busca inesgotável de uma sociedade ideal e do aperfeiçoamento do ser humano que é, em si, a busca do cubano (p. 15, tradução nossa).

Os caminhos andados pela Revolução Cubana são coerentes com esse legado, uma vez que a “inconformidade permanente com a sociedade presente”, citada por Torres-Cuevas, refletiria uma oposição

⁸ Chegou a ser considerada o Paris das Américas devido ao seu desenvolvimento econômico e cultural.

ao desenvolvimento capitalista. O ritmo da vida pública nacional iria encontrando melhor inspiração na dos países socialistas, “ligados a uma visão significativamente diferente da história, do progresso e da modernidade, da que prevalecia nas democracias liberais do ocidente” (MIHELJ, HUXTABLE, 2015, p. 2).

SENSIBILIDADE TEMPORAL

Enquanto o capitalismo alimentava uma visão individualista do desenvolvimento pessoal, potencializada constantemente no discurso midiático moderno, o socialismo impôs à mídia o dever de ser o instrumento de veiculação de “uma visão do mundo distintivamente socialista” (MIHELJ; HUXTABLE, 2018, p. 76), que incluiu a representação do homem coletivo e de seus imaginários de felicidade. Essa perspectiva, parece ter se direcionado na busca de uma sensibilidade consciente das sociedades socialistas, materializado na procura do bem-estar, mas também pela perseguição da consciência coletiva.

Na Cuba revolucionária essa transformação teria como elemento principal a ênfase na ressemantização do conceito de povo, elemento “construído no discurso oficial como um grupo unido através de uma rede de equivalências históricas” (GARCÍA SANTAMARIA, 2019, p. 129) e da reivindicação das classes mais invisibilizadas e de sua implicação nos reveses e vitórias da vida cotidiana.

Todavia, não é possível dizer que esta reconfiguração simbólica fosse acionada apenas através da propaganda política. O seguinte trecho do poema *Tengo*, do autor negro cubano, Nicolás Guillén, evidencia a apreensão desde a experiência pessoal de um senso de elevação social que dificilmente poderia ser contido nos limites de qualquer propaganda:

Eu tenho, vamos ver,
eu tenho o prazer de andar pelo meu país,
dono de tudo,
olhando bem de perto o que antes
não tive e nem poderia ter. (...)
Eu tenho, vamos ver,
Eu tenho o prazer de ir
Eu, camponês, operário, gente simples,
tenho o prazer de ir
(é um exemplo)
em um banco e falar com o administrador,
não em inglês,
não em senhor
mas dizer-lhe companheiro como se diz em espanhol. (...)
Eu tenho, vamos ver,
Eu tenho o que eu tinha que ter.
(GUILLÉN, 1974, pp. 69-70, tradução e grifos nossos).

No entanto, devemos aceitar que a capacidade deste discurso de ser comum a uma grande massa populacional, facilitou seu trânsito através de diferentes níveis e modalidades discursivas. Criou-se uma “natureza interdiscursiva”, capaz de se reproduzir “do discurso político ao discurso dos cidadãos” (GARCÍA SANTAMARÍA, 2019, p. 129). Veremos um fenômeno semelhante em outras categorias do discurso oficial, principalmente nas relacionadas ao componente moral. Assim é comum acharmos tanto na comunicação política, quanto na produção cultural e social das primeiras décadas de Revolução, um constante incentivo ao abandono do mérito e da experiência individual, em prol da conquista do mérito e da experiência coletiva, bem como a noção de que a autoridade individual “só pode ser substituída pela autoridade moral coletiva” (CASTRO, 1991, p. 39).

O senso de coletividade cubano extravasou as fronteiras nacionais e encontrou sua expressão mais ampla nos ideais de solidariedade e anti-imperialismo, questão relacionada igualmente ao imperativo de se apresentar enquanto sistema político-ideológico concreto, no mapa da geopolítica internacional. Na busca de um caminho próprio, o socialismo cubano acabou por aproximar a felicidade do senso de sacrifício⁹ e do imaginário de cultura e sabedoria. Esse deslocamento de sensibilidades pode ter substituído, nos primórdios revolucionários, a busca da felicidade e da liberdade enquanto algo individual possível, de temporalidade sempre futura, por um algo coletivo possível e presente. Uma espécie de felicidade do cotidiano, reafirmada constantemente no nome de instituições escolares, na propaganda política transformada em fala popular, nas manchetes das notícias e na produção intelectual.

Pensando a partir da conceitualização oferecida por Sodré (2006), a sociedade cubana teria experimentado um “estado calmo da alegria” (p. 203), ou seja, uma temporalidade própria, diferente da cronológica e ligada ao prazer de viver o aqui e agora, de modo que – enquanto questão extraordinária – seria contraditório vivê-la cotidianamente. Nesse ponto, as visões do autor se entrelaçam com as noções de temporalidade socialista assumidas por Mihelj e Huxtable (2015), para descrever as relações entre a vida cotidiana e a conformação da mídia nas sociedades socialistas.

Os autores trabalham com duas categorias: tempo revolucionário e tempo socialista. O primeiro refere-se a qualquer prática temporal baseada na crença na visão comunista e teleológica da história, começando com a revolução e terminando em um futuro comunista. Já o tempo socialista inclui o tempo revolucionário, a partir de uma concepção mais ampla, se referindo a qualquer prática temporal, abertamente socialista, que inclua ou não a crença no comunismo (2015, p. 334). A construção do tempo revolucionário em Cuba, devido às atenuantes sob as quais deve ser desenvolvido o socialismo cubano, pode ter transformado a procura de um futuro glorioso comunista, na tentativa de construir uma espécie de presente contínuo. Essa ideia pode ser encontrada em uma das chamadas mais conhecidas da propaganda política nacional, “Construindo o socialismo”, frase que pretende evocar a mudança constante e a mobilização, associadas ao senso de luta e de defesa dos feitos cotidianos. É essa temporalidade, não necessariamente de intuito presentista (HARTOG, 2013), o que temos trabalhado anteriormente como “tempo em Revolução”.

Em qualquer caso, assim como a alegria não pode ser sustentada de forma indefinida, a “noção teleológica do tempo revolucionário, aliada com a fé numa revolução permanente, não conseguiu se encaixar nos ritmos

⁹ Trabalhado a partir de duas perspectivas fundamentais. A primeira com uma projeção interna: sacrificar as ambições individuais em prol do bem da nação; e a segunda com uma projeção internacional, por exemplo, a participação cubana na guerra de Angola (1975).

repetitivos da vida cotidiana” (MIHELJ, HUXTABLE, 2015, p. 334, tradução nossa), derivando no que Mihelj e Huxtable denominaram como uma “rotinização e banalização da temporalidade revolucionária” (ibidem). Paulatinamente o discurso oficial, altamente infiltrado na produção midiática nacional, foi perdendo sua capacidade para persuadir o público de que vivenciava tempos extraordinários (idem), impactando na credibilidade do jornalismo, da literatura e da cultura em geral, enquanto narradores do caráter único da Revolução.

CONCLUSÕES

A relação entre presente, passado e futuro proposta pela narrativa histórica revolucionária impactou no imaginário de coesão e legitimidade nacional, ao reconhecer que o estreitamento dos laços do povo com sua história, deveria guiar a uma melhor relação da nação com o presente e com a edificação do seu futuro. Esta construção narrativa de continuidade alimentou a crença na existência de um único processo revolucionário, a essência de um pensamento e um sentimento já nacionais, que pertenceria e seria carregado, através do tempo, pelos homens – sem distinção de raças ou credos- comprometidos com a liberdade. A junção desses elementos, enquanto constitutivos das figuras de identidade e cultura inerentemente cubanos, se transformariam na base do discurso revolucionário cubano oficial.

A ideia de continuidade e renovação também impactaria na noção temporal. Os primeiros anos da Revolução foram experimentados de uma forma mais acelerada e eufórica, devido aos contínuos processos de mudança. Foi nesses primeiros anos que o uso de todos os meios e formas de propaganda se fez mais evidente (GONZÁLEZ MARTÍN, GONZÁLEZ GARCÍA, 2019). Isto foi acompanhado de uma efervescência criativa nas áreas da cinematografia, a literatura e a produção jornalística (BERJAGA, 2018), dando passo a uma época caracterizada por uma participação mais engajada da população na transformação social, e sua vinculação à ideia de responsabilidade com o devir das vitórias e os fracassos da nação. O povo, tido inicialmente como massa passível da elevação cultural, foi educada na sensibilidade temporal emanada da narrativa revolucionária. O “tempo em Revolução” foi narrado e consumido como uma forma continua de um “tempo extraordinário”.

Pelo contrário, uma percepção temporal desacelerada e monótona poderia ter se relacionado a momentos em que o dinamismo social foi perdido. O processo de institucionalização da década de 1970, que antecedeu ao conhecido como Quinquênio Cinza¹⁰, quebrou a dialética de liberdade e militância experimentada nos anos anteriores e facilitou a penetração do dogmatismo nas estruturas sociais (MARTÍNEZ HEREDIA, 2007), modificando o senso de tempo coletivo.

Outros reveses na década de 1980 teriam um efeito semelhante. No entanto, seria a crise de 1990, após a queda do Muro de Berlin, o que daria uma virada de página na percepção temporal do projeto de sociedade cubana. Apesar das tentativas do poder político por encontrar na evocação do passado uma alternativa para impulsionar novas motivações no tempo presente, ficou cada vez mais complexo se comunicar com uma geração que experimentou a quebra do paradigma do mundo utópico possível. A perda paulatina das

¹⁰ Termo foi referendado pelo intelectual cubano Ambrosio Fonet, para se referir à imposição de uma série de políticas e ações desenvolvidas por representantes governamentais extremistas, no período – oficialmente – de 1971 a 1975. O Quinquênio Cinza é consensualmente reconhecido em Cuba como um período de retrocesso no desenvolvimento da Cultura Nacional (BERJAGA, 2018, p. 12).

referências do passado e a transformação do seu simbolismo, a partir de novos estímulos narrativos, fez com que os elos de continuidade histórica perdessem parte do seu significado e se diluíssem nas “correntes vitalistas” (HARTOG, 2013) que marcam nosso século.

Assim, o dilema entre o ser e o querer ser da cubanidade parece não quebrar seu ciclo. Parafraseando a Elizalde (2014), ao longo das últimas décadas tem se produzido um divórcio entre o discurso político cubano – empenhado em se comunicar através de um tempo em Revolução contínua que deixou de ser – e o povo, cada vez mais preocupado em transcender o “tempo extraordinário”, e partir na procura de uma recolocação dentro de um tempo mais universal.

REFERÊNCIAS >>

BACZKO, B. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

BURROUGHS, B., Burroughs, W. J. The Masal Bugdudv hoax: Football blogging and journalistic authority. *New Media*, 14(3) 476–491, 2011

ELIZALDE, R. M. El consenso de lo posible. Principios para una política de Comunicación Social desde la perspectiva de los periodistas cubanos. Havana: Unión de Periodistas de Cuba, 2014.

GARCÍA SANTAMARIA, S. La construcción histórica del Pueblo Cubano en el discurso mediático oficial. In: OLLER ALONSO, M., OLIVERA, D., SOMOHANO, A. (Eds.). *En Cuba, periodismo es más (+): Transposición, redundancia y dinamismo profesional*. Colección Cuadernos Artesanos de Comunicación, 151. La Laguna (Tenerife): Sociedad Latina de Comunicación Social, 2019, cap. IV, pp. 107-137.

GINZBURG, C. *História Noturna*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

GONZÁLEZ MARTÍN, O. R., GONZÁLEZ GARCÍA, N. La Revolución Cubana: una visión de la propaganda revolucionaria 60 años después. In: OLLER ALONSO, M., OLIVERA, D., SOMOHANO, A. (Eds.). *En Cuba, periodismo es más (+): Transposición, redundancia y dinamismo profesional*. Colección Cuadernos Artesanos de Comunicación, 151. La Laguna (Tenerife): Sociedad Latina de Comunicación Social, 2019, cap. IV, pp. 47-76.

GUILLÉN, N. *Obra poética. 1958-1972*. 2a ed. Havana: Unión de Escritores y Artistas de Cuba, 1974.

GUMBERT, H. *Envisioning socialism. Television and the Cold War in the German Democratic Republic*. Michigan: The University of Michigan Press, 2014.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Coleção História & Historiografia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

- HOBBSAWM, E. J. Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KOSELLECK, R. Estratos do Tempo. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014
- LOYOLA VEGA, O. La revolución de 1868. In: TORRES-CUEVAS, E., LOYOLA VEGA, O. Historia de Cuba, 1492-1898. Formación y liberación de la nación. La Habana: Pueblo y Educación, 2001, cap. VI, pp. 231-292.
- MARTÍNEZ HEREDIA, F. Pensamiento social y Política de la Revolución. In: _____. La política cultural del período revolucionario: memoria y reflexión (Comp.). Havana: Centro Teórico Cultural Criterios, 2007.
- _____. La cultura en la Revolución cubana. Cubadebate. 3 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/opinion/2009/11/03/cultura-revolucion-cubana/#.XDar9UgvzIU>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- MIHELJ, S.; HUXTABLE, S. The challenge of flow: state socialist television between revolutionary time and everyday time. *Media, Culture & Society*, v. 3, pp. 332-348, 2015.
- _____. From Media Systems to Media Cultures. *Understanding Socialist Television*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- _____. MIHELJ, S. Understanding Socialist Television. Concepts, objects, methods. *Journal of European Television History & Culture*, v. 03, pp. 1-10, maio 2014.
- PACHECO VARELA, I. La televisión cubana en el contexto histórico-cultural de los sesenta. Portal de la Televisión Cubana, 29 agosto 2018. Disponível em: <http://www.tvcubana.icrt.cu/seccion-historia/3809-la-television-cubana-en-el-contexto-historico-cultural-de-los-sesenta>. Acesso em: 21 fev. 2019
- RICOEUR, P. Tempo e narrativa. Tomo I. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- SILVA, J. M. da. As Tecnologias do Imaginário. Porto Alegre, Sulina, 2003.
- SODRÉ, M. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.
- TORRES-CUEVAS, E. En busca de la cubanidad. Religión, raza, pensamiento. Tomo III. Havana: Ciencias Sociales, 2016.